

## Perspectivas de história global na América Latina

### Perspectives of global history in Latin America

**Henrique Luiz Oliveira Spitz**  
Mestrando em História  
Universidade Federal Fluminense  
henriquespitz@gmail.com

**Recebido em:** 12/01/2021

**Aprovado em:** 14/06/2021

**Resumo:** A história global, enquanto uma perspectiva teórico-metodológica, vem ganhando cada vez mais espaço, enriquecendo as discussões historiográficas em diversos campos. Esse interesse inegavelmente possui relações com o processo de globalização que vivenciamos. A perspectiva global propõe uma reflexão mais abrangente e crítica das narrativas eivadas de um eurocentrismo e nacionalismo metodológico. A América Latina possui uma tradição historiográfica preocupada com temas e abordagens mais amplos, que dialogam, em muitos aspectos, com uma perspectiva de história global. Nesse sentido, a produção epistemológica latino-americana, incorporando e assimilando conceitos e categorias como colonialidade do poder e do saber, aplicando uma perspectiva teórico-metodológica global e dialogando com outras áreas, vertentes teóricas e escolas acadêmicas, vem ganhando relevância e enriquecendo o debate, na medida em que propõe e promove novas perspectivas e ideias.

**Palavras-chave:** História Global; História da América; Debate historiográfico

**Resumen/Abstract:** Global history, as a theoretical-methodological perspective, is gaining more and more space, enriching historiographical discussions in several fields. This interest is undeniably related to the globalization process we are experiencing. The global perspective proposes a more comprehensive and critical reflection of narratives based on eurocentrism and methodological nationalism. Latin America has a historiographical tradition concerned with broader themes and approaches, which dialogue, in many ways, with a global history perspective. In this sense, Latin American epistemological production, incorporating and assimilating concepts and categories such as the coloniality of power and knowledge, applying a global theoretical-methodological perspective and dialoguing with other areas, theoretical aspects and academic schools, has been gaining relevance and enriching the debate, as it proposes and promotes new perspectives and ideas.

**Palabras clave/Keywords:** Global History; America history; Historiographic debate.

## Introdução

A História global, enquanto uma perspectiva teórico-metodológica, vem ganhando cada vez mais espaço, enriquecendo as discussões historiográficas em diversos campos. Em alguns países anglófonos, bem como em boa parte da Europa e do Sudeste Asiático, esta tendência historiográfica apresenta, há algumas décadas, um acentuado crescimento. Esse interesse por uma história global, ou por uma abordagem de pesquisa que contemple uma perspectiva global, inegavelmente possui relações com o processo de globalização que vivenciamos. Assim, se a globalização fornece instrumentos de explicação do nosso presente, parece quase natural que o historiador utilize métodos de análise globais para perscrutar o passado, e, em última instância, explicar a sociedade contemporânea. Portanto, as transformações de um mundo cada vez mais interligado inegavelmente inspiraram muitos historiadores e potencializaram os procedimentos de uma história global.

É possível esboçar que a história global propôs, inicialmente, novas maneiras de se compreender as relações conflituosas da economia-mundo capitalista moderna, dialogando com teorias marxistas, com a geografia crítica e a geohistória, e convergindo, em muitos aspectos, com a produção epistemológica pós-colonial e decolonial. Uma das propostas da história global é desenvolver uma análise crítica da modernidade e do capitalismo, e, por extensão, das maneiras desiguais pelas quais essas premissas e conceitos são reproduzidos no tempo e no espaço, inclusive na mentalidade e produção acadêmica. Como salienta o historiador Gennaro Ascione (2016), a universalização das ideias eurocêntricas de modernidade e o processo de desenvolvimento e expansão do capitalismo constituem os baluartes do colonialismo.

A história e, de um modo geral, as ciências sociais, em razão de sua gênese coeva à formação dos Estados-nação no século XIX, passaram a enfrentar uma significativa dificuldade em analisar processos de interação e troca inerentes a um mundo globalizado. Em outras palavras, a explicação sociológica e histórica e, por conseguinte, a compreensão de seus respectivos fenômenos, circunscrevia-se e confundia-se com a história das nações, sendo estas as unidades de análise a partir das quais aqueles eram explicados. Presente tanto nas teorias clássicas do século XIX como na historiografia atlântica mais recente, o estudo das nações, enquanto unidades propulsoras do desenvolvimento, é bastante restritivo (WALLERSTEIN, 1998, p. 10) .

Vindas a lume no século XIX, essas modernas disciplinas acadêmicas das ciências sociais, além de um nacionalismo metodológico, apresentavam um acentuado viés eurocêntrico, sendo moldadas por uma concepção histórica e epistemológica de modernidade. Com efeito, a Europa era vista como o centro do mundo, responsável por carrear o progresso aos “atrasados” dos demais continentes. Assim, categorias e conceitos tipicamente europeus foram impostos como universais e aplicados indiscriminadamente às demais sociedades, contribuindo, no plano teórico, para a implementação e legitimação de políticas imperialistas e colonialistas (CONRAD, 2019, p. 13-14).

Como veremos, os estudos pós-coloniais problematizam e discutem as ciências sociais, oferecendo alternativas epistemológicas que criticam o modernismo como teleologia da história, trazendo reflexões sobre as possibilidades de novos lugares de produção de conhecimento e criticando a concepção de sujeito sedimentada nas ciências sociais; postulando, em boa medida, a desconstrução da teoria da modernização (COSTA, 2006). Agregando ao debate, a chamada viragem decolonial, e seus efeitos epistemológicos no processo de descolonização do pensamento e nova compreensão do capitalismo global, vem contribuindo para se repensar conceitos e reformular antigos paradigmas na economia política e nos estudos culturais. Impõe-se, assim, a necessidade de uma maior reflexão sobre conceitos e ideias envolvendo colonialidade do poder e do saber, transmodernidade (DUSSEL, 1995), epistemologias de fronteira etc, que propõem uma nova percepção das relações de poder globais (GROSFOGUEL, 2002; 2005; 2006; 2008).

### **Críticas e possibilidades**

Sanjay Subrahmanyam, em sua aula inaugural proferida no *Collège de France*, tece críticas a Fernand Braudel e muitos outros historiadores que, segundo aquele, ao esquadriharem histórias de impérios e redes de mercadores na Idade Moderna, investigando as inter-relações entre diferentes regiões, teriam concebido narrativas bastante eurocêntricas. No caso específico de Braudel e seus estudos sobre o mediterrâneo, o cerne da análise parecia ser o norte do mar, região a partir da qual eram pensadas as dinâmicas e relações com os demais agentes históricos. Assim, “os pontos de vista dos otomanos, dos mongóis da Índia e dos Chineses foram, no entanto, igualmente negligenciados em um certo estilo de ‘história mundial’” (SUBRAHMANYAM, 2013, p. 22).

As novas abordagens globais, advindas após o *boom* da história atlântica presenciado nas décadas de 1970 e 1980, causaram certa celeuma e tensão entre as duas perspectivas. A história atlântica, cuja proposta inicial era enxergar o atlântico como um espaço histórico, ampliando as análises precedentes circunscritas às fronteiras imperiais, sofreu inúmeras críticas de analistas por apresentar um acentuado anglo-centrismo - construindo, sobretudo, uma história centrada na expansão do império britânico no atlântico norte - e preterir o mundo ibérico, principalmente a expansão ultramarina portuguesa no atlântico meridional (GREENE; MORGAN, 2008). A própria história global não escapa de críticas semelhantes, pois corre o risco, muitas vezes, de superestimar o ocidente, mantendo a Europa em uma posição de centralidade (ASCIONE, 2016).

Influente no campo dos estudos pós-coloniais, do marxismo e da teoria crítica, o psiquiatra e filósofo político de Martinica, Frantz Fanon (1965), ofereceu interessantes reflexões sobre as relações entre a economia-mundo e o imperialismo/colonialismo na produção historiográfica, influenciando a história global quando desenvolveu um estudo marxista heterodoxo acerca do colonialismo. A teoria da dependência também exerceu uma considerável influência no campo da história global. Segundo a historiadora mexicana Sandra Kuntz Ficker (2014), a análise do capitalismo não seria o objeto central da história global, mas sim a leitura que propõe das relações a partir de um contexto de sistema-mundo moderno wallersteiniano, endógeno ou não ao capitalismo.

As críticas à história atlântica não se resumem à ênfase conferida por esta à narrativa anflófona e ao atlântico setentrional, nem à necessidade de inclusão de outros espaços atlânticos, mas indicam a necessidade da expansão da unidade de análise, extrapolando os atlânticos e integrando-os a outras regiões, como o oriente - o que automaticamente desloca o eixo de análise e propicia um questionamento dessa centralidade até então naturalizada. Com fulcro nessa problemática, podemos repetir a pergunta de Roger Chartier (2001), quem pensa o mundo? Esse talvez seja o maior desafio proposto pela história global, integrar diferentes unidades de análise, inserindo-as em uma perspectiva mais ampla, sem perder as particularidades locais e dando conta das dinâmicas e influências que exercem reciprocamente.

Na experiência histórica da América Latina, o eurocentrismo desdobrou-se em uma série de problemas históricos e epistemológicos, com consequências culturais e socioeconômicas significativas.

A questão nacional - ou do moderno Estado-nação - na América Latina é representativa dessa problemática. Teorias ocidentais, enfatizando a ciência, a razão e o método empírico, admitiram seus pressupostos como universais e impuseram ideias de nacionalismo aos demais povos e culturas, obliterando seus próprios entendimentos e interpretações de mundo. Refletindo sobre a contradição do nacionalismo na Ásia e África, o cientista político e antropólogo indiano Partha Chatterjee identifica as reminiscências do discurso racionalista pós-iluminista europeu na experiência de libertação desses territórios e povos, e, enfatizando o nacionalismo indiano, demonstra como este desenvolveu-se sob a verve de premissas do pensamento moderno ocidental, permanecendo, assim, agrilhado às influências de poder das quais procurou livrar-se. Como consequência, o caminho do nacionalismo afro-asiático teria sido conduzido por uma classe dominante que se apropriou da ideologia de Estado, assegurando, assim, seus meios de governabilidade, por meio dos quais usurpou a vida da Nação e legitimou-se como guia de seus súditos no caminho da “modernização universal” (CHATTERJEE, 1986).

Assinalando a necessidade de transcender as mitologias nacionais e criticando os pressupostos historicistas tradicionais das ideias latino-americanas, Elías Palti (2002), profundo conhecedor da história política, literária e cultural da região, explora o campo da história intelectual da América Latina como forma de sofisticar a exegese de textos e ideias, o que lhe permite uma aguçada investigação e reconstrução de conceitos, categorias e discursos argumentativos que conferem sentido a uma construção teórica e cultural. Tal método permite o exame das diversas concepções sobre a ideia de nação ordenadas desde meados do século XVIII e seus desdobramentos conceituais na linguística, filosofia, teoria política e social, história natural, biologia etc (PALTI, 2002; 2004).

Uma das formas de se delimitar o surgimento de um fenômeno histórico é investigar as palavras e suas acepções. No campo da retórica, faz certo sentido a ponderação de Morgan (2004), ao indicar que há, via de regra, velhas ideias com novas roupagens ou sutilezas, mas, seja um neologismo ou mesmo uma nova semântica conferida a uma expressão antiga, perscrutar o significado das palavras no campo lexicográfico, valendo-se da filologia e da linguística, consiste em uma importante estratégia de investigação que vem permeando o debate da chamada história dos conceitos, envolvendo diretamente a problemática de se fazer história do pensamento político e social. Neste diapasão, duas importantes vertentes teórico-metodológicas: o contextualismo linguístico de Skinner (1969) - que

expande as teorias de Dunn, Pocock e Laslett (1969) - e a história dos conceitos (*Begriffsgeschichte*) de Reinhart Koselleck (2006), oferecem um rico campo de investigações, brilhantemente debatido por Marcelo Gantus Jasmin (2005; FERES JÚNIOR, JASMIN, 2007) e refletido criticamente por Palti (2002) em seus estudos redefinidores do debate não apenas a respeito da experiência política da América Latina, mas também da história dos conceitos e termos utilizados nesse processo.

Muitos historiadores debruçaram-se sobre a “questão nacional” e seu viés eurocêntrico, buscando entender como surge e qual o sentido do discurso genealógico da nação, identificando lentas transformações conceituais produzidas na tradição de pensamento nacionalista e internalizadas na cultura ocidental e que, no decorrer no tempo, principalmente no movimento de ruptura de fins do XIX, desvelaram aporias que reverberaram na formação de correntes antigenealógicas que vigoraram durante o século XX. Ademais, as ideias de nação são anteriores e não possuem relação direta com a dos nacionalistas do século XIX (PALTI, 2002, p. 27-28).

A ideia moderna de nação possui raízes heterogêneas e complexas, muitas vezes contraditórias, carregando múltiplos significados. No entanto, é possível afirmar que, pelo menos, duas ideias modernas de nação, provenientes de diferentes tradições filosóficas, exerceram significativa influência no pensamento ocidental. Uma, de caráter contratual, inspirada no iluminismo e a outra, vinda a lume sob o estro do *Volksgeist* (espírito do povo), conferindo às nações uma natureza de entidade objetiva, independente da vontade povo. A concepção iluminista enuncia uma percepção cosmopolita e um cenário democrático, no qual é possível vislumbrar a união de diferentes comunidades sob a égide de princípios universais da razão; ao passo que a concepção romântica compreende a nação como singular, orgânica e hierarquizada. Essa mesma oposição continua a repercutir entre os historiadores, ainda que matizada por diferentes versões e articulada por meio de variadas dimensões temporais e periodizações, reflete a mesma matriz de pensamento: o nacionalismo progressista e democrático, de caráter iluminista, e o autoritário e reacionário, fundado em uma totalidade organicista (PALTI, 2002; QUIJANO, 2000). No entanto, tal dicotomia, além de simplista, é eurocêntrica.

Procurando, portanto, superar essas análises nacionais e eurocêntricas, a história global propõe expandir o campo de reflexões, alargando as temáticas e buscando ligar pontos até então não contemplados pela história nacional, suplantando limites metodológicos circunscritos a um território

e desvelando, assim, redes de conexões e interações mais amplas e complexas, que deem conta de explicar processos de grande escala.

### **Há um conceito de história global?**

Ainda um empreendimento intelectual em curso, a história global não possui uma definição unânime. Há uma diversidade de perspectivas e abordagens, como história comparada, mundial, conectada, transnacional, cruzada etc, que, de um modo geral, confluem na tentativa de suplantar o nacionalismo metodológico e o eurocentrismo na produção historiográfica (WERNER, ZIMMERMANN, 2003; PRADO, 2013; CLAVIN, 2005; WEINSTEIN, 2013; PURDY, 2012). Conrad, reconhecendo a dificuldade de se conceituar a história global e a dissensão na historiografia, afirma que ela pode ser preliminar e resumidamente definida como “uma forma de análise histórica que situa os fenômenos, os eventos e os processos em contextos globais” (CONRAD, 2019, p. 16).

Diante da amplitude do conceito, em esforço de síntese, podemos delinear pelo menos três principais variações inseridas em uma perspectiva teórico-metodológica de história global: uma história que se pretende total; uma história das conexões; ou uma história mais preocupada em demonstrar elementos de integração (CONRAD, 2019).

Na abordagem totalizante, cujo escopo é a história de tudo, qualquer tema pode ser objeto de análise. Assim, independentemente da escala, obras de síntese, ainda que delimitadas por um recorte cronológico específico - um milênio, um século ou até mesmo um ano - podem enquadrar-se nessa perspectiva, desde que ofereçam uma visão global. Portanto, impérios, reinos, trabalho, comércio, algodão, açúcar, ouro, prata etc., são passíveis de ser objeto de pesquisa em tal método de investigação. Sob essa perspectiva, haveria, enfim, uma miríade de possibilidades e, teoricamente, tudo poderia ser objeto de análise. Até mesmo pesquisas que tenham a pretensão de englobar aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais de uma ou mais regiões, poderiam ser incluídas em uma história total. No entanto, a história global, nada obstante permitir grandes recortes espaço-temporais, não tem a pretensão de fazer história de tudo. Assim, obras de folêgo com amplos objetos e temáticas - como os trabalhos de Philippe Ariès sobre a história social da família e da morte no ocidente -, ao manejarem elementos que prescindem de uma unidade comum - ou de coesão global - para sustentar suas teses, não se enquadram necessariamente em uma perspectiva global.

Como o próprio nome sugere, a história das conexões procura ligar os pontos até então isolados de diferentes sociedades, aproximando e entrelaçando experiências históricas de diferentes nações. A conectividade possibilita a expansão de horizontes e a transposição das fronteiras entre esses espaços e enfatiza a mobilidade e interação humanas. Nessa perspectiva, os temas e objetos de estudo também são infindáveis. Sob forte inspiração de autores como Sanjay Subrahmanyam e Serge Gruzinski, esse modo de abordagem enseja, por exemplo, a produção de histórias comparadas e conectadas acerca de impérios e sua expansão ultramarina, bem como novas maneiras de se pensar a América portuguesa e a relação colônia/metrópole, conferindo relevo às intersecções e demonstrando uma maior complexidade nessas relações do que naquelas rígidas e tradicionais concepções acerca do pacto colonial, permeadas por uma lógica eurocêntrica que reduzia as colônias a um mero apêndice da expansão metropolitana (PÉREZ, 2016, p. 9-15).

Esse tipo de abordagem confunde-se, muitas vezes, com a história mundial. Com efeito, vale mencionar a controvertida comparação entre história global e história mundial. Alguns autores identificam similaridades entre ambas, de modo que se torna muito difícil estabelecer uma diferenciação rígida entre as duas classificações (DRAYTON, MOTADEL, 2018). Contudo, talvez seja possível assinalar uma clivagem, tomando como critério o tipo de abordagem e o objeto de pesquisa. A história mundial procura, por definição, investigar as relações entre diferentes nações e regiões, sobretudo relativizando e criticando as narrativas eurocêntricas de prosperidade ocidental. A *Grande Divergência*, de Kenneth Pomeranz (2013), que propõe uma explicação sobre a maneira e as razões pelas quais a Europa Ocidental da Era Moderna destacou-se das demais regiões do globo, principalmente da China e da Índia, é um notável exemplo desse tipo de abordagem historiográfica. Assim como destacam-se os estudos de Prasannan Parthasarathi (2011), que, trilhando um caminho diverso de Pomeranz, representam um esforço intelectual de demonstrar a relevância das estruturas e redes de comércio asiáticas para a conformação do sistema-mundo moderno, bem como para reconfigurar o processo de divergência e a supremacia britânica na historiografia, reificada na interpretação da excepcionalidade endógena que teria impulsionado a Inglaterra no desenvolvimento industrial (ver BRENNER e LANDES, 2003).

Por último - talvez o mais sofisticado dos três paradigmas, em razão de ir além do método de comparação formal -, a história baseada no conceito de integração. A preocupação dessa abordagem é

inserir análises locais ou particulares em contextos globais, vale dizer, tentar explicar as mudanças internas de uma sociedade tendo como perspectiva processos estruturantes e de transformação globais. A investigação sócio-histórica, levando em consideração a heterogeneidade espaço-temporal, delinea a inter-relação e a influência recíproca desses processos, revelando a diversidade histórica e possibilitando a compreensão da complexidade e desigualdades inerentes à evolução socioeconômica global. Observando-se a dialética entre essas diferentes escalas e a influência recíproca que exercem, é possível engendrar uma análise global integradora (TOMICH, 2012).

Como assinala Dale Tomich (2012), na teoria dos sistemas mundiais - transcendendo uma unidade analítica independente - o Estado-Nação deve ser inserido em um sistema histórico mais amplo, propiciando uma análise adequada a pesquisas macrosociais. Nesse diapasão, a ênfase que repousava sobre sociedades nacionais concentradas no Estado passa a figurar numa “unidade governante singular”, denominada moderno sistema mundial. Portanto, deve-se ir além da pesquisa de fenômenos históricos manifestados em recortes cronológicos e geográficos delimitados, inserindo-se a própria “construção sócio-histórica dos processos e relações temporais e espaciais” no escopo de investigação, de modo que seja possível constatar como fenômenos socioeconômicos articulam-se e permeiam um processo mais amplo e historicamente integrado (TOMICH, 2012, p. 155).

A perspectiva global tangencia os debates sobre a formação e desenvolvimento do capitalismo, assim como o processo de globalização que vivenciamos potencializa os métodos utilizados para se pensar a história global. Tal perspectiva abre uma série de possibilidades de se questionar a gênese do capitalismo - enquanto sistema global - apenas a partir do processo de industrialização, algo que envolve diretamente a discussão acerca da origem da globalização. Sob esse aspecto, uma faceta inovadora da história global emerge da reformulação dos parâmetros informadores do capitalismo enquanto sistema sócio-histórico, a partir da qual se torna possível uma leitura mais crítica da rigidez das fronteiras políticas, da sobrevalorização de conjunturas locais, da naturalização e aceitação de premissas hegemônicas e da universalização da dinâmica do sistema-mundo capitalista moderno.

Durante a segunda metade do século XX, o mundo sofreu importantes mudanças. Nas décadas de 1960 e 1970, novas historiografias nacionais surgiram com a descolonização da Ásia e África, que fora sucedida por momentos históricos emblemáticos, como o massacre na Praça Celestial e a queda

do muro de Berlim, em 1989. Na década seguinte, destacam-se a abertura política da URSS - que culminou com sua dissolução em 1991 - e o fim da Guerra Fria. O mundo atravessava um intenso processo de globalização, no qual se presenciava um aumento de desigualdades socioeconômicas, um célere desenvolvimento de novas tecnologias - gerando uma redução das distâncias e fronteiras -; um significativo crescimento demográfico e uma aceleração do tempo histórico.

Cresceu também a relevância dos debates socioambientais e dos conflitos climáticos, que deslocam para o centro da discussão questões diretamente intrincadas com o modo de produção capitalista e sua dinâmica na economia-mundo. O conceito de antropoceno, na medida em que diagnostica que as atividades humanas passaram a exercer um significativo impacto global no clima e ecossistema da Terra, vem sendo apropriado e utilizado pela história global (CHAKRABARTY, 2013; DOMANSKA, 2014). É possível mencionar diversos casos de colapso ambiental diretamente ligados à rede global do sistema capitalista, mas, apenas a título de ilustração, citemos o caso dos holandeses, apontado por McNeill (2010; 2007), que não sofrem com o desmatamento e outros problemas ambientais associados à produção de madeira, soja e chocolate, pois o suprimento desses produtos decorre de suas relações comerciais com a Indonésia, o Brasil e a África Ocidental, que carregam as consequências mais imediatas dessas tragédias ambientais. Em outras palavras, a retórica de sustentabilidade holandesa - que é reproduzida por diversos países - encontra, do outro lado, o colapso ambiental nas regiões citadas, estimulado, vale dizer, pelas práticas comerciais daquela. Ainda, apenas como modo de exemplo, o avassalador crescimento chinês no século XXI é responsável por alçar a China à condição de maior produtora e consumidora de mercadorias do mundo, fato que sabidamente esteve associado à ampliação de fronteiras agrícolas e mineradoras na América Latina, gerando impactos diretos no Brasil (SVAMPA, 2019; MARQUES, 2016). Portanto, é patente o novo campo de possibilidades que se descortina para estudos que adotem uma perspectiva global.

Nesse contexto, tornou-se imprescindível buscar novas formas de interpretar e explicar a história e o mundo, e a história global, repensando metodologias e objetos, constitui um importante esforço intelectual nesse sentido. No entanto, a dificuldade de delimitar seu campo é imensa, pois, ainda configura um espaço de experimentação em disputa, tanto epistemológica e metodológica, quanto de narrativa e temática.

A ideia de pertencimento a algo maior sempre fez parte da imaginação dos seres humanos, não sendo algo intrínseco ao processo de globalização que experienciamos atualmente, ainda que essa consciência tenha se potencializado em razão da dinâmica mundial hodierna. Sociedades e civilizações, desde tempos imemores, tinham a percepção de que se inseriam em um contexto mais amplo. Inúmeros historiadores, de diferentes tradições acadêmicas e historiográficas, recuam na história e remontam à antiguidade, citando, dentre outros, Heródoto, Políbio e Sima Qian, para fazer referência a uma história universal (CONRAD, 2019; SUBRAHMANYAM, 2017; HARTOG, 2005). Reconhecem, ainda, histórias universais produzidas na Idade Média, sob a pena, por exemplo, de historiadores como Isidoro de Sevilla, na virada do século VI, e, em tradições historiográficas persa e árabe, Rashid al-Din (século XIII) e Ibn Khaldun (século XIV), respectivamente.

Outros autores apontam que esta ideia - ou consciência - de globalidade vai começar a ganhar traços mais definidos na Idade Moderna, na região da Eurásia e durante a fase de hegemonia europeia (MARQUES, 2019; CONRAD, 2019; SUBRAHMANYAM, 2017), ocorrendo uma lenta e paulatina integração entre América, Eurásia e África na virada do século XVI (FLYNN, GIRÁLDEZ, 2004), em um período no qual, segundo a visão mundossistêmica de Wallerstein (1974), seria possível vislumbrar o início do capitalismo. No entanto, é difícil precisar as origens da história global e não há um consenso entre especialistas (CROSSLEY, 2015). No cerne de debates, tensões e polêmicas, a história global, como dissemos, é acusada muitas vezes de fornecer uma perspectiva imperialista, substituindo o tradicional paradigma da história nacional. Alguns autores, especialmente oriundos de uma tradição acadêmica anglófona, apontam nomes como Arnold Toynbee e Oswald Spengler como precursores desse movimento na primeira metade do século XX (CONRAD, 2019; SUBRAHMANYAM, 2013; CROSSLEY, 2015; PÉREZ, 2016). Para uma série de historiadores, economistas e cientistas sociais, a globalização é um fenômeno intimamente ligado à expansão industrial do capitalismo. A revolução industrial seria, portanto, um marco fundamental para a compreensão do capitalismo, seja por fatores de integração de mercados, de convergência internacional de preços, ou mesmo em razão do aumento de importações na Europa (O'ROURKE, 2002); ou por fenômenos internos - como o aumento de liquidez de algumas economias nacionais.

Enfim, os exemplos são apenas para ilustrar que a perspectiva da história global possui uma longa e complexa jornada e suas origens são, ainda, bastante obscuras e controversas. Contudo, não é

nossa intenção exaurir o tema ou buscar respostas definitivas sobre a questão, mas apenas demonstrar a riqueza e vastidão desse campo e, quem sabe, instigar o leitor ou leitora a trilhar seus próprios caminhos de pesquisa e estudo.

## **Colonialidade do poder, modernidade, eurocentrismo e América Latina**

Um novo padrão de poder mundial surgiu e foi modulado pelo processo de conformação da América e do capitalismo moderno eurocêntrico, sistematizado por uma classificação social que manipulava a ideia de raça e endossava, no plano teórico, a experiência da dominação colonial, influenciando e desaguando no fenômeno de globalização que vivenciamos. Nesse sentido, a globalização, como forma e composição de poder vigente, está eivada de um forte elemento de colonialidade, que gerou implicações, inegavelmente, no desenvolvimento histórico da América Latina e nas suas relações de poder com a Europa.

A América desempenhou um papel de centralidade na formação desse padrão de poder, constituindo o espaço no qual confluíram dois processos históricos fundamentais para a configuração dessas novas relações: a clivagem entre conquistadores e conquistados por meio da teorização de raça, entranhando e naturalizando a ideia de inferioridade de uns diante de outros, predispondo e facultando as relações de dominação ínsitas à conquista europeia; e a constituição de novas formas de controle e divisão social do trabalho e sua produção, geridas pelo capital e alocadas de acordo com suas operações estratégicas no cenário geopolítico global (QUIJANO, 2000, p. 117).

Em sua acepção moderna, a ideia de raça na América contribuiu para a formação de novas identidades sociais - negros, índios e mestiços - e reorientou as identidades europeias, antes vinculadas à origem geográfica, que também passaram a ter uma implicação racial. Tal reformulação, imbricada que estava com as novas relações que se desenrolavam, demarcou novas hierarquias e papéis sociais, e instrumentalizou o domínio de um grupo sobre o outro. Nesse processo de classificação social, certos traços fenotípicos dos colonizados foram amalgamados e associados à ideia de cor, estabelecendo-se uma errônea noção de categoria racial, que, na América, respaldou as relações de domínio da conquista. “A posterior constituição da Europa como nova id-entidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do

conhecimento e com ela à elaboração teórica da idéia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não-europeus” (QUIJANO, 2000, p. 118).

Na América, o capitalismo mundial moderno envolveu uma intrincada estrutura de controle e exploração do trabalho, bem como de organização dos recursos, produção e distribuição de mercadorias, impulsionada pelo capital, constituindo um novo e fundamental elemento no padrão de poder e nas relações de domínio, impondo uma sistemática divisão racial do trabalho.

A gradual monetarização do mercado mundial, oriunda do escoamento de metais preciosos e do controle de outras mercadorias na América, associada à sua privilegiada posição geográfica nas operações de transporte desses produtos, possibilitou aos europeus o controle do comércio transatlântico e lhes conferiu uma posição de vantagem nas disputas pelo controle do comércio mundial, nomeadamente das rotas que interligavam Índia, China, Egito, Ceilão, Síria e grande parte das regiões que passariam a ser designadas por Oriente Médio e Extremo Oriente. Esse processo de crescente controle sobre o fluxo de metais e expansão de um tráfico comercial cada vez mais integrado demarcava a Europa Ocidental como uma região historicamente nova e moldada por uma incipiente identidade geocultural, novo centro do mercado mundial, ao mesmo tempo em que se desagregavam as antigas regiões de hegemonia socioeconômicas nas fímbrias do Mediterrâneo e na Península Ibérica, e ascendiam as potências do noroeste europeu (QUIJANO, 2000, p. 119).

Esse fenômeno histórico de eurocentramento do capitalismo mundial e colonialidade de “regiões periféricas” testemunhou - apesar de não explicá-la totalmente - a concentração da mercantilização da força de trabalho na Europa até o último quartel do século XIX, materializada na relação capital/trabalho, enquanto as demais regiões colonizadas - ainda que integradas na dinâmica do mercado mundial - permaneceram, pelo menos até a crise de 1870, ostensivamente sob a lógica das relações não-salariais de trabalho, nada obstante a abundância de riqueza produzida e invariavelmente remetida à Europa Ocidental.

O capitalismo mundial, a partir do próprio capital e das relações sociais de controle do trabalho assalariado na Europa e entre europeus em outras regiões do globo, articulou-se, de maneira integrada e variada, em diferentes regiões, modulado por essa colonialidade do controle do trabalho, dos recursos e da produção, o que propiciou sua hegemonia e a centralidade da Europa no mundo. A historicização

do capitalismo, com a devida compreensão de sua faceta colonial/moderna e eurocêntrica, contribuiu para a intelecção de determinados conceitos, como o de *moderno sistema mundo*, alinhavado por Wallerstein (1974; 1980; 1989; 2011), que fora influenciado, por sua vez, pelas concepções de *centro-periferia* formuladas por Prebisch (1959) e pelos estudos de Marx.

A centralidade europeia na formação do moderno *sistema mundo* propiciou a imposição do seu domínio colonial sobre as demais populações, redundando em um movimento de reidentificação histórica e cultural propalado pela Europa, que fora permeado por um processo de incorporação de tradições e culturas heterogêneas e que suscitou uma reconfiguração intelectual e cultural, constituindo uma nova intersubjetividade mundial assentada em relações hierárquicas de poder e dominação, por meio das quais seriam legitimadas a superioridade e hegemonia europeias, e justificado o exercício de controle da subjetividade, cultura e produção de conhecimento do “outro” (AMIN, 1989).

O desenvolvimento dessas novas relações intersubjetivas de dominação desdobrou-se em atos de expropriação intelectual e cultural das populações colonizadas; em repressão às formas de produção do conhecimento, à organização do universo simbólico, à produção de sentidos, a padrões de expressão e de objetivação da subjetividade dos colonizados; e em imposição da cultura dos dominadores, como forma de reprodução da dominação, tanto na atividade material quanto no espectro subjetivo, incluindo o religioso. Como corolário desse processo, consolidou-se uma colonização das percepções e perspectivas cognitivas, do imaginário, dos modos de produzir, das relações intersubjetivas e da própria cultura (QUIJANO, 2000; LANDER, 1998; MALLON, 1994).

O etnocentrismo colonial e a classificação racial universal, adotados por uma Europa Ocidental que se estabelecia numa posição de centralidade no moderno *sistema mundo*, referendaram a autopercepção dos europeus como seres “naturalmente” superiores, imprimindo “uma nova perspectiva temporal da história e re-situaram os povos colonizados, bem como as suas respectivas histórias e culturas, no passado de uma trajetória histórica cuja culminação era a Europa” (MIGNOLO, 1995; BLAUT, 1993; LANDER, 1998 *apud* QUIJANO, 2000, p. 121). Nesse sentido, a racionalidade e a modernidade foram apropriadas pela retórica intelectual europeia e novas categorias - primitivo/civilizado; tradicional/moderno; irracional/racional; Ocidente/Oriente; mítico/científico - foram codificadas para explicitar e balizar as relações intersubjetivas e culturais entre Europa Ocidental

e demais regiões. A expansão colonial europeia caminhou *pari passu* com essa perspectiva eurocêntrica dualista, binária, de conhecimento, sobre a qual se assentam os mitos fundacionais - de uma história linear da civilização, que se inicia em um estado de natureza e termina na Europa; e de compreensão das diferenças entre a Europa e o exógeno como algo natural/racial, e não proveniente de experiências históricas distintas -, fundamentando os acarboços teóricos do evolucionismo e do dualismo, imanescentes ao eurocentrismo (QUIJANO, 1991; 1998; RODRIGUEZ, 2001).

Vinculado ao debate acerca do desenvolvimento/subdesenvolvimento, esboçou-se na América Latina, em fins do século XIX, um movimento de resistência intelectual que foi paulatinamente ganhando relevância durante a primeira metade do século XX, até estabelecer-se de forma mais sólida após a Segunda Guerra Mundial, que repensava a teoria da modernização e criticava a apropriação do conceito pelo ocidente europeu, propugnando que a modernidade e seus elementos de racionalidade científica e secularização do pensamento, atravessaram e abrangeram uma miríade de culturas em diferentes tempos históricos, inclusive anteriores à constituição do próprio *sistema mundo* capitalista. Ilustram esses argumentos as experiências históricas maia, asteca, inca, grega, indiana, chinesa e egípcia, que desenvolveram e legaram à posteridade um vasto conhecimento nas mais diversas áreas, como arquitetura, engenharia, agricultura, matemática, escrita, filosofia etc. As tentativas de se atrelar a história cultural greco-romana e mediterrânea a um traço atávico da Europa moderna, deslocando-se o eixo considerado avançado no mediterrâneo, que tradicionalmente era islâmico-judaico, para o ocidente europeu, deturpa e manipula os eventos históricos, e engendra uma perspectiva equivocada de tradições culturais e históricas, evidenciando a elaboração de uma narrativa de poder e hegemonia.

Nessa toada, torna-se patente o etnocentrismo e a pretensão europeia de ser agente exclusivo da modernidade e ápice de todo progresso e modernização civilizacional; algo que, além de eurocêntrico, pode ser encarado como provinciano. Em *Provincializing Europe: Postcolonial Thought and Historical Difference*, o historiador indiano Dipesh Chakrabarty (2007) reflete criticamente sobre o locus da modernidade conferido à Europa por grande parte da historiografia acerca da transição para o capitalismo em regiões não ocidentais - ou não *centrais* -, endossando uma espécie de aura mítica e imaginária da Europa, e que estaria entranhada nas ciências sociais (COSTA, 2006; DUSSEL, 1994). Tal intelecção levaria a uma interpretação de que a transição para o capitalismo em países não “centrais” estaria incompleta ou até mesmo seria inexistente. Daí o autor ponderar que cada processo

de transição capitalista possui suas especificidades e envolve interpretações e formulações de categorias próprias, bem com uma autocompreensão da natureza do capitalismo moderno. Nesse sentido, propõe caminhos para uma renovação de pensamento, tanto o emanado da Europa, quanto o articulado nas demais regiões historicamente alijadas do processo de produção de conhecimento.

Concentrando suas análises nas convergências culturais e históricas entre Oriente e Ocidente, Chakrabarty (2007), em sua obra *Al margen de Europa: Pensamiento poscolonial y diferencia histórica*, trata dos paradoxos oriundos desse intercâmbio, ressaltando que os princípios e ideais difundidos pela ilustração europeia nos séculos XVIII e XIX, inerentes à ideia de modernidade política - sociedade civil, esfera pública, soberania popular, Estado, cidadania, igualdade perante a lei etc -, foram preteridos no processo de expansão colonial europeia na Ásia e África; que os movimentos coloniais de insurgência foram influenciados por ideais liberais e racionalistas europeus; e que houve uma sistemática colonização do pensamento, responsável por matizar a razão europeia com um verniz de universal, ao passo que relegava os demais sistemas filosóficos e lógicos a uma simples manifestação local, isolada e menor. Por meio de uma reflexão crítica sobre questões desse jaez, resgata a tradição filosófica persa e árabe e a riqueza do sânscrito, desvelando a complexidade e importância dos sistemas de pensamento dessas regiões e culturas para a compreensão e explicação da realidade, e, por conseguinte, para sua transformação. Seu estudo contribui, portanto, para ressignificar eventos e repensar processos, deslocando a Europa para uma posição provinciana no cenário geopolítico global.

A progênie dos estudos pós-coloniais não é unívoca, constituindo um esforço, em certo sentido heterogêneo, que pretende desconstruir o arcabouço teórico que prevaleceu nos discursos dominantes atinentes à ideia de modernidade, e, assim, oferecer uma produção epistemológica crítica e alternativa. Inicialmente bosquejadas por intelectuais pertencentes à diáspora migratória, as vozes pós-coloniais começaram a ressoar em críticas literárias, nas últimas décadas do século XX - principalmente nos Estados Unidos e na Inglaterra -, e, paulatinamente, foram espalhando-se para outras fronteiras geográficas e epistemológicas, nas quais surgiram importantes autores, como Edward Said (2007; 2011), Homi Bhabha (1998), e Gayatri Chakravorty Spivak (1990; 1999; 2010).

A perspectiva pós-colonial, atravessando o debate entre estruturalistas e pós-estruturalistas, critica a reprodução da lógica colonial no processo de produção do conhecimento científico, que

expressava essencialmente um sistema de pensamento de países da Europa Ocidental (COSTA, 2006, p 117). “Assim, o prefixo “pós” na expressão pós-colonial não indica simplesmente um “depois” no sentido cronológico linear; trata-se de uma operação de reconfiguração do campo discursivo, no qual as relações hierárquicas ganham significado” (HALL, 1997 *apud* COSTA, 2006, p. 117-118). E a expressão “colonial” transpõe o “colonialismo e alude a situações de opressão diversas, definidas a partir de fronteiras de gênero, étnicas ou raciais” (COSTA, 2006. p.118).

A dificuldade de se demarcar um campo teórico de estudos pós-coloniais é enorme, sobretudo por sua característica de pesquisar relações de fronteira e buscar reverberar além da teoria (BHABHA, 1998). É possível, contudo, estabelecer algumas aproximações com importantes correntes contemporâneas de pensamento social e filosófico. Com efeito, a compreensão do caráter discursivo do social nos estudos pós-coloniais foi, em boa medida, apreendida da escola pós-estruturalista, mormente das reflexões de Foucault e Derrida. A aproximação com o pós-modernismo talvez seja um pouco mais complexa e controvertida, e, até mesmo, inconstante, a depender da perspectiva adotada (MIGNOLO, 2000, p. 183-186, 213-214; GROSGOUEL, 2008, p. 42-44; SANTOS, 2004). É admissível como categoria empírica que postula a descentralização das narrativas e sujeitos (LYOTARD, 1986), no entanto, veementemente rejeitado como projeto teórico e político, pois o pós-colonialismo propõe um enfrentamento direto à opressão histórica e apresenta um programa de mudança da realidade social (APPHIAH, 1992; GILROY, 1993, p. 107). Por último, é legítimo apontar alguma convergência entre as investigações pós-coloniais e os estudos culturais, principalmente britânicos, sendo possível identificar um diálogo entre aquelas e as reflexões que deslocaram o eixo de análise focado no marxismo e nas questões de classe para o estudo de gênero, etnicidade, racismo e identidades culturais (MORLEY e KUAN-HSING, 1996; HALL, 1992).

Problematizando a questão, Grosfoguel (2008, p. 43-45) argumenta que o pós-estruturalismo e o pós-modernismo, enquanto propósitos epistemológicos, reproduzem uma lógica de colonialidade do poder e conhecimento, inserindo-se nos domínios do cânone ocidental. A virada decolonial evidencia a necessidade de transcender epistemologicamente o paradigma ocidental e descolonizar o próprio estudo pós-colonial, eivado, em muitos aspectos, de um eurocentrismo - em outras palavras, por exprimir uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo (GROSGOUEL, 2006, 2008). A proposta decolonial, portanto, perpassa uma produção epistemológica crítica, partindo de regiões étnico-raciais

subalternas, apta a superar arquétipos da economia política tradicional e suas definições de capitalismo e sistema-mundo, ensejando novas formas de produção de conhecimento que deem conta de redefinir conceitos e ressignificar processos.

### **Tradições de história global na América Latina**

A América Latina também possui uma interessante tradição de história global. Alguns autores apontam que no século XIX já é possível reconhecer importantes produções historiográficas cuja preocupação era pensar a história da América Latina e do Caribe em uma perspectiva do que hoje designamos global (MARQUESE, PIMENTA, 2015). Apesar da emancipação política e surgimento dos Estados Nacionais americanos no século XIX e da consequente narrativa subsumida a esses moldes, é possível observar notáveis esforços no sentido de expandir essas unidades de análise, ora incluindo outros estados, ora focando no próprio continente americano, ora, ainda, integrando-o a regiões alhures.

Assim, podem ser esboçadas algumas tendências historiográficas de matriz latino-americana durante o século XX, com produções que vieram à luz inegavelmente sob a verve de uma história global. Nesse sentido, na primeira metade do século XX, matizadas por teorias marxistas, obras acerca da escravidão no Caribe, idealizadas por nomes como Eric Williams (2012) e Lionel Robert James (2000) - cujo objeto de análise eram, respectivamente, os impérios britânico e francês -, teriam sido precursoras e influenciado pensadores tanto da história como das ciências sociais como um todo, responsáveis por repensar e reformular os debates sobre a América Latina e sua experiência colonial (MARQUESE, PIMENTA, 2015, p. 33-36).

Fernand Braudel e a segunda geração dos *Annales* também impulsionaram a perspectiva global no modo de fazer história na América Latina. Segundo especialistas em Braudel e na obra braudeliiana (DAIX, 1999), além da inegável influência da primeira geração dos *Annales* e de uma de suas grandes mentes, Lucien Febvre, a passagem do estudioso do mediterrâneo pelo Brasil enquanto docente da Universidade de São Paulo, teria contribuído para suas reflexões sobre os múltiplos tempos históricos e ensejado uma percepção mais ampla sobre globalidade. A profícua produção intelectual dos *Annales* sempre esteve pautada por uma perspectiva alargada e totalizadora dos estudos historiográficos, e é notória a interlocução mantida por sua segunda geração com outras searas do conhecimento, como a

economia e a geografia, bem como a dialética braudeliana dos tempos históricos - a longa, a média e a curta duração -; concepção por meio da qual são observados diferentes ritmos temporais (estrutura, conjuntura e acontecimento) (BRAUDEL, 2016; 1965), propiciadores, por sua vez, de uma inovadora compreensão da dialética tempo/espaço nos arcanos da história.

Em sua breve passagem pela cátedra da *Sorbonne*, na qual lecionou História da América Latina, Braudel teria influenciado diretamente dois grandes intelectuais, Frédéric Mauro (1960) e Pierre Chaunu (1959), que posteriormente se destacariam por suas produções acadêmicas sobre os impérios português e espanhol, inscritos em um espaço de análise mais abrangente, o atlântico. O historiador português Vitorino Magalhães Godinho (1983) e suas grandes obras, inicialmente, sobre o império português e, depois, sobre a expansão ultramarina europeia e suas implicações para a economia mundial, também não escaparam do estro braudeliano, e apresentaram uma invariável preocupação com uma abordagem global, sem preterir as forças antagônicas e a complexidade intrínseca às relações econômicas e sociais diretamente derivadas da expansão europeia pelo mundo.

Por derradeiro, não poderíamos deixar de mencionar a eloquente e monumental obra de Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo, séculos XVI-XVIII* - dividida em três volumes -, que explorou a expansão do capitalismo entre os séculos XV e XVIII. Nela, *“as Américas portuguesa e espanhola e o Caribe desempenharam papel de destaque como espaços privilegiados de atuação do capital europeu e, portanto, de ‘descolamento’ do Ocidente em relação ao mundo asiático”* (MARQUESE, PIMENTA, 2015, p. 38). Assim, em que pesem eventuais críticas que podem ser direcionadas à formulação braudeliana de economia-mundo capitalista, seu legado é inegável para o desenvolvimento da história global na América Latina.

As discussões econômicas envolvendo o desenvolvimento e subdesenvolvimento na América Latina também foram absorvidas pelos debates da história global em uma vertente latino-americana. Narrativas insurgentes do sul global, influenciadas, em grande medida, pela teoria marxista da dependência, formularam categorias como as de centro e periferia e procuraram repensar criticamente pressupostos da economia política clássica e neoclássica, renovando os estudos acerca do sistema econômico mundial. Inicialmente teorizadas por Raúl Prebisch, tais categorias foram apropriadas e desenvolvidas pelo economista brasileiro Celso Furtado (2009) em sua obra *Formação Econômica do*

*Brasil*, na qual propõe uma análise comparativa entre as experiências coloniais ibérica e britânica na América, com o escopo de explicar, através de instrumentos analíticos da história global e de conceitos como “colônias de exploração” e “de povoamento”, o desenvolvimento econômico dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina, e, assim, equacionar e superar as desigualdades socioeconômicas da região.

Oriunda do esforço intelectual de economistas e sociólogos, críticos das políticas econômicas adotadas pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) - da qual faziam parte Prebisch e Furtado -, viria a lume a teoria da dependência. Entre a prolífica produção acadêmica desse campo, destacam-se as obras de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Falleto (2004), bem como de André Gunder Frank (1967). Os primeiros propuseram que o subdesenvolvimento da América Latina só poderia ser devidamente compreendido se observadas as relações de classe periféricas, possuidoras de características distintas das relações observadas nos países centrais do sistema capitalista mundial. O segundo, desconsiderando em parte as relações de trabalho e as forças de produção nas zonas periféricas, ponderava que o longo processo de exploração colonial - posteriormente de regiões marginais - e de acumulação de capital nas metrópoles europeias, entre os séculos XVI e XX, seria a causa inexorável do subdesenvolvimento latino-americano.

Os impactos e influências exercidos pela teoria da dependência ecoaram nos campos da história, e os elogios e críticas não se fizeram esperar. Apropriando-se do arcabouço teórico dessa vertente socioeconômica, parte da historiografia brasileira e latino-americana produziu obras renovadas sobre a história da América, integrando-a a processos mais amplos do capitalismo global e buscando reequilibrar as visões até então eurocêntricas sobre a colonização da América meridional. Exemplo notável da influência da teoria da dependência na historiografia brasileira encontra-se na emblemática e hoje já clássica obra de Fernando Novais (2019), *Portugal e Brasil na crise do antigo sistema colonial (1777-1808)*. Sob forte inspiração marxista, Novais analisou o declínio das relações entre Portugal e sua colônia na América na passagem do século XVIII para o XIX, respaldado por

uma incorporação teórica simultânea do modelo explicativo de Eric Williams sobre as relações contraditórias entre capitalismo e escravidão, da concepção braudeliiana sobre a pluralidade dos tempos históricos e das formulações dependentistas sobre as relações entre centro e periferia do sistema mundial (MARQUESE, PIMENTA, 2015, p. 40-41).

As críticas, por sua vez, rebateram as teorias dependentistas, enfatizando a importância de se analisar a dinâmica e complexidade das relações endógenas da América, priorizando os fenômenos internos da vida colonial, embora esses mesmos críticos estivessem abertos e tangenciassem, sob muitos aspectos, uma abordagem confluyente com perspectivas de uma história global. Ilustram bem essa corrente crítica, Ciro Flamarion Cardoso e sua tese do “*modo de produção escravista colonial,*”

que se fundou em uma ampla apreensão das diversas sociedades escravistas do continente americano, valendo-se igualmente de um diálogo cerrado com as tradições historiográficas dos autores marxistas caribenhos e da segunda geração da escola dos Annales (MARQUESE, PIMENTA, 2015, p. 41).

O profícuo e plural embate de ideias, enriquecido por estudiosos de diversas áreas e vertentes teóricas (marxismo, *Annales* e dependentismo), contribuiu para a formulação da teoria dos sistemas-mundo de Immanuel Wallerstein (1974; 1980; 1989; 2011), na qual é sublinhada a importância das Américas para a formação e desenvolvimento do sistema-mundo moderno.

Malgrado a ausência de uma consistente tradição historiográfica latino-americana de fato preocupada com uma abordagem teórico-metodológica global, há pesquisas interessantes e inovadoras que se esforçam em examinar a História da América Latina e do Caribe em um contexto mais amplo do colonialismo e formação do capitalismo moderno. A historiografia acerca da escravidão negra, integrando as experiências americanas, europeias e africanas, tem fornecido importantes obras com perspectivas mais abrangentes. Esse contexto intelectual, principalmente a partir dos esforços interpretativos de Eric Williams e Cyril Lionel Robert James, contribui para as reflexões de Robin Blackburn acerca da formação e declínio do colonialismo europeu e da escravidão negra nas Américas, em um período compreendido entre os séculos XV e XIX, materializadas em suas obras *A construção do escravismo no novo mundo (1492-1800)*, *A queda do escravismo colonial (1776-1848)*, e *The American Crucible* (2002; 2003; 2013), nas quais procurou aproximar experiências até então apartadas pela historiografia, como a revolução escrava do Haiti e a abolição do tráfico negreiro e da escravidão no Caribe britânico, e, mediante categorias como *escravidão barroca*, *escravidão comercial* e *escravidão oitocentista*, alinhar as diferenças entre a escravidão britânica/francesa e a escravidão ibérica, insculpindo a ideia de historicidade nas convergências entre escravidão e capitalismo.

Dale Tomich (2012), ao formular seu conceito de *segunda escravidão*, historicizando e relacionando a escravidão brasileira, cubana e norte-americana com a dinâmica da economia mundial no século XIX, também exerceu influência entre historiadores latino-americanos de tradição global.

Com acentuado prestígio na tradição historiográfica brasileira e latino-americana, Serge Gruzinski, especialista em história da colonização hispânica na América e herdeiro intelectual da escola dos *Annales*, destaca-se como um pensador crítico do nacionalismo metodológico e das histórias nacionais, e, em razão de sua formação antropológica, sempre preocupado com as análises etnocêntricas, embora reconheça que mesmo a história comparada está eivada, em muitos aspectos, de etnocentrismo e eurocentrismo. Em *A colonização do imaginário* (2003), reflete sobre o amálgama entre a cultura dos povos ameríndios autóctones e a expansão do império espanhol no Novo Mundo, com ênfase na colonização da Nova Espanha, delineando o paulatino e complexo processo de adaptação, assimilação e influência recíproca que permeou todo o mundo colonial hispânico. Em *As quatro partes do mundo: história de uma mundialização* (2014), partindo do México, do Brasil, das costas da Índia e da África, propõe uma reflexão menos eurocêntrica sobre o processo de mundialização; e em *A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI* (2015), estuda o choque de culturas e civilizações ocorrido durante a expansão dos impérios espanhol e português, demonstrando como a águia asteca sucumbiu perante o poderio espanhol e o dragão chinês se impôs aos invasores portugueses, e narra como esse encontro de três continentes fomentou um processo de globalização, cujo principal motor, foi, à época, os impérios ibéricos.

O historiador brasileiro Luiz Felipe de Alencastro, em sua fascinante obra *O trato dos viventes*, desloca o eixo de análise para o Atlântico Sul e confere centralidade ao comércio negreiro como engrenagem de coesão da América portuguesa e formação do Brasil. Sua pesquisa identifica dinâmicas socio-econômicas no espaço atlântico, indicando uma região de produção escravista na costa americana e uma área de reprodução de escravos em Angola (ALENCASTRO, 2000).

Inserindo-se em um estudo de cadeias de *commodities*, destacam-se Topik, Marichal e Frank (2006), que editaram uma série de ensaios sobre a cadeia mercantil de diversos produtos produzidos na América Latina e que se inseriam em uma economia mundial. Assim, a coletânea, contemplando diversas mercadorias - prata, cochonilla, café, açúcar, cocaína, tabaco, cacau, índigo etc - produzidas

entre os séculos XVI e XX, oferece um fértil campo de pesquisa para estudantes e curiosos, abrindo uma nova e promissora trilha de investigações sobre a produção, circulação e consumo de mercadorias oriundas da América e espaiadas pelas redes da economia mundial.

## Conclusão

Enfim, como vimos, é difícil conceituar e precisar as origens de uma história global. Proposições historiográficas que oferecem uma abordagem de pesquisa em uma escala mais ampla, que buscam conexões, comparações e interseções entre diferentes processos e experiências históricas, recuam no tempo e atravessam diferentes espaços. Naturalmente, a história atlântica e a própria história global não estiveram imunes a críticas e as receberam de pensadores de outras searas e historiadores de diferentes vertentes teóricas. As críticas vão desde alegações de que a história global é generalizante e pretere processos históricos locais, conferindo primazia à economia-mundo; perpassando aquelas matizadas por um marxismo mais ortodoxo, cujas assertivas apontam a ausência de um materialismo histórico nas abordagens de história global, que enfatizaria o mercado mundial e a circulação de capital e mercadorias, desconsiderando o processo de produção de capital e formação e luta de classes; até aquelas que acusam as teorias do sistema mundo e, em geral, a história global de renovar e perpetuar um eurocentrismo presente nas antigas histórias nacionais e imperiais. No entanto, em razão da complexidade e sofisticação do debate e por não ser o escopo do artigo, não temos a pretensão de iniciar essa discussão aqui, mas apenas mencioná-la *en passant*.

Limitar-nos-emos a observar que a América Latina possui uma tradição historiográfica preocupada com temas e abordagens mais amplos, que dialogam, em muitos aspectos, com uma perspectiva de história global. Nesse sentido, a produção epistemológica do sul, genuinamente latino-americana, incorporando e assimilando conceitos e categorias como colonialidade do poder e do saber, aplicando uma perspectiva teórico-metodológica global e dialogando com outras áreas - como a geografia crítica, a sociologia histórica -, vertentes teóricas e escolas acadêmicas - como as teorias de sistema-mundo de Wallerstein, a Escola da Califórnia de André Gunder Frank e a dialética braudeliana dos tempos históricos -, vem ganhando relevância e enriquecendo o debate, na medida em que propõe e promove novas perspectivas e ideias.

### Referências bibliográficas

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de. **O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- AMIN, Samir. **Eurocentrism**. Londres, Zed Books, 1989.
- APPIAH, Kwame Anthony. **In my father's house: Africa in the philosophy of culture**. Londres, Methuen, 1992.
- ASCIONE, Gennaro. **Science and the decolonization of Social Theory: unthinking modernity**. Londres: Palgrave Macmillan, 2016.
- BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BLACKBURN, Robin. **A construção do escravismo no novo mundo: do barroco ao moderno (1492-1800)**. Record, 2003.
- BLACKBURN, Robin. **A queda do escravismo colonial (1776-1848)**. Record, 2002.
- BLACKBURN, Robin. **The American Crucible: slavery, emancipation and human rights**. Verso Press USA, 2013.
- BRAUDEL, Fernand. **História e ciências sociais: a longa duração**. Revista de História, São Paulo, v. 30, nº 62, p. 261-294, abr./jun. 1965.
- BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II**. Edusp, 2016.
- CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Ensaio de interpretação sociológica. Civilização Brasileira, 2004.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Al margen de Europa: Pensamiento poscolonial y diferencia histórica**. Barcelona, Ensayo Tusquets, 2007.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **O clima da história: Quatro teses**. Sopro 91, julho de 2013.
- CHAKRABARTY, Dipesh. **Provincializing Europe: Postcolonial thought and historical difference**. Princeton University Press, 2007.

CHARTIER, Roger. **La conscience de la globalité** (comentaire), Annales. Histoire, Sciences Sociales, v. 56, n.º 1, 2001, pp. 119-123, DOI: 10.3406/ahess.2001.279936.

CHATTERJEE, Partha. **Nationalist thought and the colonial world: a derivative discourse?**. Londres: ZED, 1986.

CHAUNU, Pierre; CHAUNU, Huguette. **Seville et l'Atlantique (1504-1650)**. Paris: S.E.V.P.E.N., 1955-1959. 8 v.

CLAVIN, Patricia. Defining **Transnationalism**. Contemporary European History, vol 14, n 04, pp.421-439, 2005.

CONRAD, Sebastian. **O que é história global?** Princeton University Press, 2019.

COSTA, Sérgio. **Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.21, número 60, SP: fevereiro de 2006.

CROSSLEY, Pamela Kyle. **O que é história global?** Editora Vozes, 2015.

DAIX, Pierre. **Fernand Braudel: uma biografia**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DOMANSKA, Ewa. **The New Age of the Anthropocene**. Journal of Contemporary Archaeology, vol. 1, no. 1, 2014: 98-103.

DRAYTON, Richard; MOTADEL, David. **Discussions: the futures of global history**. Journal of Global History. Cambridge University Press, 2018, v. 13, pp. 1-21.

DUSSEL, Enrique. **1492: El encubrimiento del Otro: Hacia el origen del “mito de la modernidad”**. La Paz, Bolivia: Plural Editores, 1994.

FANON, Frantz. **Peau noire, masques blancs**. Paris, Éditions du Seuil, 1965.

FICKER, Sandra Kuntz. **Mundial, transnacional, global: un ejercicio de clarificación conceptual de los estudios globales**. Nuevo mundo, mundos nuevos. 2014

FLYNN, Dennis O.; GIRÁLDEZ, Arturo. **Path dependence, time lags and the birth of globalisation: A critique of O'Rourke and Williamson**. European Review of Economic History, Vol. 8, No. 1 (abril 2004), pp. 81-108.

FRANK, André Gunder. **Capitalism and Underdevelopment in Latin America**. New York: Monthly Review Press, 1967.

FRANK, Andre Gunder. **Dependent Accumulation and Underdevelopment**. Londres: MacMillan Press, 1978.

FRANK, Zephir; MARICHAL, Carlos; TOPIK, Steven (ed.). **From silver to cocaine. Latin American Commodity Chains and the Building of the World Economy, 1500-2000**. Durham: Duke University Press, 2006.

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1959].

GILROY, Paul. **The black atlantic: modernity and double consciousness**. Cambridge, Harvard, 1993.

GREENE, Jack P.; MORGAN, Philip D. (orgs.). **Atlantic History: a critical appraisal**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

GROSGOUEL, Ramón. **Colonial Difference, Geopolitics of Knowledge and Global Coloniality in the Modern/Colonial Capitalist World-System**. *Review*, 25, 2002, 203-224.

GROSGOUEL, Ramón. **From Postcolonial Studies to Decolonial Studies: Decolonizing Postcolonial Studies: A Preface**. *Review*, 29, 2006.

GROSGOUEL, Ramón. **Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global**. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 80, 2008, 115-147.

GROSGOUEL, Ramón. **The Implications of Subaltern Epistemologies for Global Capitalism: Transmodernity, Border Thinking and Global Coloniality** *in* William Robinson; Richard Applebaum (orgs.), *Critical Globalization Studies*. London: Routledge, 2005.

GRUZINSKI, Serge. **A águia e o dragão: ambições europeias e mundialização no século XVI**. Companhia das Letras, 2015.

GRUZINSKI, Serge. **A colonização do imaginário**. Companhia das Letras, 2003.

GRUZINSKI, Serge. **As quatro partes do mundo: história de uma mundialização**. Edusp, 2014.

HALL, Stuart. **The question of cultural identity** in S. Hall, David Held e Tony Mc Grew (eds.), *Modernity and its futures*, Cambridge, Polity Press, 1992, pp. 273-326

HARTOG, François. **Évidence de l'histoire: ce que voient les historiens**. Paris: Éditions de L'EHESS, coll. "Cas de figure", 2005.

JAMES, C. L. R. **Os Jacobinos Negros. Toussaint L'Ouverture e a Revolução de São Domingos**. Boitempo, 2000.

JASMIN, Marcelo Gantus; FERES JÚNIOR, João (Orgs.). **História dos conceitos: encontros transatlânticos**. Rio de Janeiro: Loyola, 2007.

JASMIN, Marcelo Gantus. **História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares** (Revista Brasileira de Ciências Sociais. vol.20, no.57, São Paulo, Feb. 2005.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2006.

LANDER, Edgardo. **Eurocentrismo y colonialismo en el pensamiento social latinoamericano** in Roberto Briceño-León; Heinz R. Sonntag (orgs.), *Pueblo, época y desarrollo: la sociología de América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad, 1998, 87-96.

LANDES, David. **The Unbound Prometheus: Technological Change and Industrial Development in Western Europe from 1750 to the Present**. Cambridge University Press, 2003.

LYOTARD, François. **A condição pós-moderna**. José Olympio, 1986.

MALLON, Florencia. **The Promise and Dilemma of Subaltern Studies: Perspectives from Latin American History**. *American Historical Review*, 99, 1994, 1491-1515.

MARQUES, Leonardo. **Um barqueiro-trafficante inglês e o comércio interimperial de escravos no Atlântico setecentista (1688-1732)**. in MATHIAS, Carlos Leonardo Kelmer et al (org). *Ramificações Ultramarinas. Sociedades comerciais no âmbito do Atlântico luso - século XVIII*. Editora Faperj, 2019.

MARQUES, Luiz. **Capitalismo e colapso ambiental**. Campinas: Editora da Unicamp, 2016.

MARQUESE, Rafael; PIMENTA, João Paulo. **Tradições de história global na América Latina e no Caribe.** Hist. historiogr.ouro preto. n. 17.abril.2015. p. 30-49. doi: 10.15848/hh.voi17.775.

MAURO, Frédéric. **Le Portugal, le Brésil et l'Atlantique au XVIIe siècle (1570-1670).** Paris: S.E.V.P.E.N., 1960. 2 v.

MCNEILL, J.R. **Definitions, Durations, and Displacements** In MCANANY, Patricia Ann; YOFFEE, Norman. Questioning collapse: human resilience, ecological vulnerability, and the aftermath of empire. Cambridge ; New York: Cambridge University Press, 2010. Como exemplo de uma abordagem sistêmica para a história ambiental, ver

MCNEILL, John Robert; HORNBORG, Alf; ALIER, Juan Martínez (Org.). **Rethinking Environmental History: World-system History and Global Environmental Change.** Lanham: Rowman Altamira, 2007.

MIGNOLO, Walter. **Local Histories/Global Designs: Essays on the Coloniality of Power, Subaltern Knowledges and Border Thinking.** Princeton: Princeton University Press, 2000.

MORGAN, Edmund. **La invención del pueblo. El surgimiento de la soberanía popular en Inglaterra y Estados Unidos.** Siglo veintiuno editores, 2004.

MORLEY, David e KUAN-HSING, Chen (eds.). **Stuart Hall: critical dialogues in cultural studies.** Londres/Nova York, Routledge, 1996.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808).** Editora 34, 2019.

O'ROURKE, Kevin H.; WILLIAMSON, Jeffrey G. **When did globalisation begin?.** European Review of Economic History, Vol. 6, No. 1, (abril 2002), pp. 23–50

PALTI, Elías. **La nación como problema. Los historiadores y la “cuestión nacional”.** Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2002.

PALTI, Elías José. **“Koselleck Y La Idea De Sattelzeit. Un Debate Sobre Modernidad Y Temporalidad.”** Ayer, no. 53, 2004: 63-74.

PARTHASARATHI, Prasannan. **Why Europe Grew Rich and Asia Did Not: Global Economic Divergence, 1600–1850**. Cambridge University Press, 2011.

PÉREZ, José Manuel Santos. **Histórias Conectadas. Ensaio sobre história global, comparada e colonial na idade moderna (Brasil, Ásia e América Hispânica)**. Editora Autografia, 2016.

POCOCK, J. G. A. **The history of political thought: a methodological enquiry** in P. Laslett e W. G. Runciman, *Philosophy, politics, and society: second series* (Oxford, Blackwell), 1969.

POMERANZ, Kenneth. **A Grande Divergência: a China, a Europa e a formação da economia mundial moderna**. Coimbra: Edições 70, 2013.

PRADO, Maria Ligia Coelho. **América Latina: História Comparada, Histórias Conectadas, História Transnacional**. Anuário - UNR, v. 24, p. 9-22, 2013.

PREBISCH, Raúl. **Commercial Policy in the Underdeveloped Countries**. The American Economic Review, Baer, 1959.

PURDY, S. **A história comparada e o desafio da transnacionalidade**. Revista de História Comparada, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 64-84, 20124

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidad y Modernidad/Racionalidad**. Perú Indígena, 29, 1991, 11-21.

QUIJANO, Aníbal. **La colonialidad del poder y la experiencia cultural latinoamericana** in Roberto Briceño-León; Heinz R. Sonntag (orgs.), *Pueblo, época y desarrollo: la sociología de América Latina*. Caracas: Nueva Sociedad, 1998, 139-155.

RODRIGUEZ, Ileana. **Reading Subalterns Across Texts, Disciplines, and Theories: From Representation to Recognition** in Ileana Rodriguez (org.), *The Latin American Subaltern Studies Reader*. Duke University Press: Durham and London, 2000.

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. Companhia de Bolso, 2011.

SAID, Edward. **Orientalismo: O Ocidente como Invenção do Ocidente**. Companhia de Bolso, 2007.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Do pós-moderno ao pós-colonial e para além de um e outro**. Coimbra, Conferência de abertura ao VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, 20004.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (orgs.). **Epistemologias do Sul**. Coimbra: Almedina, 2009.

SANTOS, Theotônio dos. **Imperialismo y Dependencia**. Caracas: Fundación Biblioteca Ayacucho, 2011.

SKINNER, Quentin. **Meaning and understanding in the history of ideas**. (History and Theory, 8 (1), 1969, 3-53.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Can the Subaltern Speak?: Reflections on the History of an Idea**. Columbia University Press, 2010.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **A Critique of Postcolonial Reason: Toward a History of the Vanishing Present**. Harvard University Press, 1999.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **The Post-Colonial Critic: Interviews, Strategies, Dialogues**. Routledge, 2014.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Em busca das origens da história global**: aula inaugural proferida no Collège de France em 28 de Novembro de 2013. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 30, nº 60, p. 219-240, janeiro-abril, 2017.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **Holding the World in Balance: The Connected Histories of the Iberian Overseas Empire, 1500-1640**. American Historical Review, 112:5 (2007), pp. 1359-1385.

SUBRAHMANYAM, Sanjay; ARMITAGE, David (org.). **The Age of Revolutions in Global Context, c. 1760-1840**. Red Globe Press, 2009.

SUBRAHMANYAM, Sanjay. **The Portuguese Empire in Asia, 1500-1700: A Political and Economic History**. Wiley-Blackwell, 2012.

SVAMPA, Maristella. **Las fronteras del neoextractivismo en América Latina: Conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependencias**. Bielefeld, Germany: transcript Verlag, 2019.

TOMICH, Dale. **O Atlântico como espaço histórico**. Estudos Afro-Asiáticos, v. 26, n. 2, p. 221-40, 2004.

TOMICH, Dale. **Pequenas ilhas e grandes comparações.** in Pelo prisma da escravidão: Trabalho, capital e economia mundial. São Paulo. Editora EDUSP, 2012.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista.** Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Fernand Braudel, History and the Social Sciences: The Long Durée.** Review: A Journal of the Fernand Braudel Center, v.XXXII, n.2, pp.171-204, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar las Ciencias Sociales.** Tradução de Susana Guardado. Barcelona: Siglo Veintiuno Editores, 1998. p. 10

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World System I: Capitalist Agriculture and the Origins of the European World-Economy in the Sixteenth Century.** New York: Academic Press, 1974.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System II: Mercantilism and the Consolidation of the European World-Economy, 1600-1750.** New York: Academic Press, 1980.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System III: The Second Era of Great Expansion of the Capitalist World-Economy, 1730-1840s.** New York: Academic Press, 1989.

WALLERSTEIN, Immanuel. **The Modern World-System IV: Centrist Liberalism Triumphant, 1789-1914.** Berkeley: University of California Press, 2011.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Feudalism, Capitalism, and the World-System in the Perspective of Latin America and the Caribbean:** Comments on Stern's Critical Tests. American Historical Review, v. 93, n. 4, p. 873-885, oct. 1988.

WEINSTEIN, B. **Pensando a história fora da nação: a historiografia da América Latina e o viés transnacional.** Revista eletrônica da ANPHILAC, n. 14, p. 9-36, Janeiro/Junho 2013.

WERNER, Michel; ZIMMERMANN, Bénédicte. **Pensar a história cruzada: entre empiria e reflexividade.** Textos de História, Brasília: UNB, vol. 11, n. 1/2, p. 116, 2003.

WILLIAMS, Eric. **Capitalismo e Escravidão.** Companhia das Letras, 2012.